



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

ATA DO 102º ENCONTRO DE PRESIDENTES

NOBRE

PRESIDÊNCIA: DES.MILTON AUGUSTO DE BRITO

PERÍODO: 12 A 14 DE MARÇO DE 2015

LOCAL: BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

A abertura dos trabalhos ocorreu às dezenove trinta horas do dia 12 de março de 2015, no Salão Nobre do Ouro Minas Palace Hotel, com a presença de vinte e seis Presidentes e representantes de Tribunais Estaduais e dos membros da Comissão Executiva, além de diversas autoridades e muitos convidados. Nos termos do Estatuto do Colégio Permanente de Presidentes, o Encontro foi precedido de Edital de convocação dos participantes para a 102ª Reunião Ordinária do Colegiado, para a qual foram eleitos os seguintes temas: “Apresentação dos Resultados da Campanha JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA; Meios Extrajudiciais de Solução de Controvérsias; Discussão e Aprovação do Balanço do ano anterior; Aumento no número de integrantes da Comissão Executiva; Modificação dos Estatutos e Assuntos Internos”.

O Encontro foi aberto pelo Presidente do Colégio Permanente de Presidentes, Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre. Também compuseram a mesa o Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; o Desembargador José Fernandes Filho, Primeiro Presidente do Colégio; o Desembargador Herbert José Almeida Carneiro, Presidente da AMAGIS; e o Doutor João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da AMB.

Usaram a palavra o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o Presidente do Colégio de Presidentes. Em seu discurso o Desembargador Milton Nobre enfatizou:

“Foi no Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nos idos de outubro de 1992, por feliz sugestão do desembargador Odyr Porto, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que nasceu o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Há quase 23 anos, pois, quando o país vivia seus primeiros anos de um novo ordenamento constitucional. Seu primeiro presidente foi o querido amigo, hoje aposentado, Desembargador José Fernandes Filho àquela altura Chefe do Poder Judiciário mineiro, que soube conduzir com maestria a firme consolidação do Colégio, cuja atuação, pelo tanto produzido, tem lugar de destaque na história da Justiça brasileira.

Por feliz coincidência, nosso último encontro teve como anfitrião o tribunal paulista, de Odyr Porto, autor da ideia, e hoje somos recepcionados pelos conterrâneos e colegas de José Fernandes Filho, o timoneiro seguro das primeiras jornadas por caminhos que nem sempre foram fáceis de serem percorridos.

Feito este registro inicial, quero cumprir, desde já, o prazeroso dever de saudar o extraordinário povo mineiro, nas pessoas de seus Magistrados e Servidores, Advogados e Membros do Ministério Público, bem como das autoridades dos diversos Poderes e escalões, que prestigiam esta sessão solene de abertura deste 102º Encontro.

Em diferentes cidades brasileiras, por mais de 100 vezes, de forma sistemática e produtiva, reuniram-se os Presidentes dos Tribunais de Justiça construindo, muito além de uma sólida amizade, uma nova visão institucional dos dirigentes da magistratura estadual centrada na necessidade de ações conjuntas, na troca de experiências e na convicção de que a nossa luta é comum pela eficiente distribuição da justiça e a manutenção da paz social no nosso imenso país. E essa luta não pode prescindir da coesão que não apenas nos fortalece para melhor enfrentá-la, mas, igualmente, se projeta no legítimo respeito da sociedade e de suas instituições representativas.

Nosso caminhar, como de qualquer instituição semelhante, tem-se caracterizado, também, como

uma verdadeira prova de revezamento, de continuidade sem continuísmo, na defesa da efetividade da Constituição, das leis do país e da justiça que se reflete na aplicação exata do Direito. Presidentes cumprem o seu mandato, abraçam a nossa causa comum, dedicam o melhor de seus esforços na condução do Judiciário e deste Colégio e são substituídos por outros, em salutar e benéfico rodízio que contribui para oxigenar e enriquecer o maior segmento da Justiça brasileira.

Referindo-me ao que reputo ser o principal desses obstáculos, durante o Encontro de São Paulo, baseado em índices econômicos oficiais, endosse as previsões, hoje infelizmente confirmadas, de que em 2015 o Brasil viveria um tempo difícil. Objetivei, então, apenas ressaltar os reflexos que daí decorreriam para os cenários administrativo e de gestão do Judiciário estadual, com o propósito de demonstrar a necessidade de o Conselho Nacional de Justiça apoiar os Tribunais de Justiça, de modo permanente e sistemático, no enfrentamento do sempre difícil diálogo político necessário à construção de consensos em matéria orçamentária e financeira.

Confesso que não pretendia voltar a esse tema..Todavia, em face de algumas situações mais graves ocorridas em alguns Estados no final do ano que findou, sou forçado a reprisá-lo.

Ninguém desconhece que o Poder Judiciário brasileiro opera no limite para, contando com cerca de 16.500 juízes, processar e julgar quase 100 milhões de processos. Merece, porém, ser igualmente divulgado que, conforme o Relatório Justiça em Números, editado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2014, o Judiciário dos Estados, possuindo 11.361 magistrados, responde por cerca de 80% dessa carga processual, embora concentre apenas 55% das despesas do Poder Judiciário nacional, o que indica, sem margem para dúvida, que faltam recursos para investimento e custeio compatíveis à demanda sob responsabilidade da Justiça Estadual.

Qualquer gestor, em especial da coisa pública, sabe que as demandas são infinitas e os recursos finitos, sempre limitados. Que é preciso, pois, priorizar objetivos e estabelecer metas sob o pálio de um rigoroso planejamento enquanto ferramenta necessária para o saber/fazer holisticamente pensado. Contudo, se, em nível federal, ainda em tempo recente, foi necessário recorrer à via nobre do

Mandado de Segurança (STF: MS 33186 – MC/DF) para serem mantidas íntegras, vale dizer, sem cortes ou ajustes pelo Executivo, as propostas orçamentárias enviadas pelo Supremo e pela PGR para serem simplesmente remetidas à deliberação do Congresso Nacional, pode-se ter certeza das dificuldades que os Tribunais de Justiça não raro enfrentam a esse respeito.

É, portanto, inadiável que o CNJ apoie os Tribunais de Justiça no esforço para a obtenção dos recursos financeiros necessários à prestação jurisdicional eficiente, não apenas por ações episódicas, mas de modo contínuo e programado, dando, assim, uma concreta demonstração de cumprimento, em sua inteireza, do que determina o § 4º do art. 103-B da Constituição da República. Afinal, como já ressaltai em outra oportunidade, de nada adianta eleger metas, sem meios correspondentes para alcançá-las.

As questões de ordem orçamentária e financeira certamente não esgotam o grande rol das adversidades enfrentadas pelo Judiciário Estadual para distribuir justiça e contribuir para a paz social nos mais longínquos rincões do nosso território. Há outros problemas de elevada complexidade e gravidade a serem arrostados. Não tenho, contudo, como tratá-los nos limites desta oração, sem ultrapassar as barreiras da duração adequada à cortesia devida às autoridades e distintos convidados que prestigiam esta solenidade.

Encerrando, agradeço a simpática atenção com que todos me ouviram. Com igual propósito, registro o reconhecimento do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil ao Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, Presidente do e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nosso atencioso anfitrião, não só pela fidalga acolhida nesta bela e agradável cidade de Belo Horizonte como pela primorosa organização que, contando com sua dedicada equipe, conferiu ao evento. Agradeço aos colegas Presidentes de Tribunais de Justiça que, mais uma vez, demonstram apoio às atividades da nossa instituição, mediante o comparecimento quase unânime ao Encontro. Expresso também meus agradecimentos na pessoa do Dr. João Ricardo Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros às dignas autoridades e demais convidados que, com as suas presenças, engrandecem esta solenidade. Agradeço igualmente ao Senhor Ministro Ricardo

Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, que estará conosco no dia de amanhã, bem como ao Excelentíssimo Senhor Ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, que sacrificou compromissos agendados para comparecer ao Encontro, e ainda aos demais conferencistas convidados.

Por fim, antecipo meus especiais agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Michel Temer, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, que amanhã, num momento impar para a história do Colégio, receberá dos nossos Tribunais de Justiça, através da Excelentíssima Senhora Ministra Carmem Lúcia, Vice Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, grande incentivadora e coordenadora da campanha "Justiça pela Paz em Casa", uma apresentação dos trabalhos até então realizados."

Durante a solenidade de abertura do encontro o Desembargador José Fernandes Filho foi homenageado com uma Placa ofertada pelo Colégio, que lhe foi entregue pelos Presidentes do Colégio e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a fim de lembrar os relevantes serviços que prestou durante toda a existência do Colégio. Sendo destacado, ainda, que o ilustre homenageado continua laborando e dignificando a magistratura.

Na manhã seguinte, às 9 horas, recomeçaram os trabalhos com a presença de todos os Presidentes e representantes de Tribunais e membros da Comissão Executiva, tendo frente o Des. Milton Nobre. Foram recepcionados a Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministra Cármen Lúcia; o Vice-Presidente da República - Michel Temer; o Governador do Estado de Minas Gerais - Fernando Pimentel; a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres - Eleonora Menicucci e outras importantes autoridades. Após tomarem assento à Mesa, o Presidente Milton Nobre discursou enaltecendo as qualidades e os serviços desenvolvidos por cada uma das autoridades presentes e passou a palavra ao Des. Pedro Bitencourt que também saudou os convidados. Em seguida, a Ministra Cármen Lúcia discorreu sobre os motivos e os relevantes resultados alcançados pela Campanha JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA. Em sua empolgante, elucidativa e motivadora fala, a Ministra expôs numerosos casos de violência doméstica praticada contra a mulher e narrou alguns tenebrosos, ressaltando a imperiosa necessidade de minorarmos essa lastimável situação e sobretudo de conscientizar e engajar toda a sociedade nessa campanha em busca da PAZ EM CASA. Ao término, a Ministra Cármen Lúcia foi aplaudida de pé

por vários minutos. Usando a palavra o Vice-Presidente da República agradeceu o convite e explicou os motivos que impediram a Presidente da República Dilma Roussef comparecer ao Encontro; colocou em relevo o trabalho desempenhado pelo Colégio no decorrer de toda a sua existência e parabenizou a Ministra Cármen Lúcia pela excelente ideia e pela direção de toda a campanha. O Desembargador Milton Nobre agradeceu a todos nominalmente e fez uma especial menção a Ministra Cármen Lúcia pelo que ela representa para toda a Magistratura Nacional. Reabrindo os trabalhos pela parte vespertina, o Presidente do Colégio passou a palavra ao Presidente da AMB que falou sobre a importante parceria encetada na atual gestão entre o Colégio de Presidentes e a AMB, que estão atuando em defesa de questões primordiais visando uma melhor prestação jurisdicional tudo em favor do cidadão e apresentou o Projeto de Melhor Eficiência na Solução de Litígios e apoiou a ideia de transformar o Colégio de Presidentes em Conselho de Presidentes, promoção que vem sendo estudada na atual gestão do Colégio. No mesmo momento em que o Desembargador Milton Nobre agradeceu a manifestação do Presidente da AMB concedeu a palavra ao Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho – Juiz do Tribunal de Justiça do Amazonas que apresentou o tema: SOLUÇÃO DE CONFLITOS EM DIREITO DE FAMÍLIA – NOVOS MÉTODOS. Ao término o Desembargador João Simões – Membro da Comissão Executiva, teceu alguns comentários sobre o importante trabalho desenvolvido pelo Juiz do Amazonas que comanda o Núcleo de Conciliação de Varas de Família e enalteceu a atual administração do Tribunal de Justiça do Amazonas – presidido pela Desembargadora Graça Figueiredo. O Desembargador Milton Nobre também agradeceu ao palestrante e passou a palavra ao Ministro Luis Felipe Salomão do Superior Tribunal de Justiça que discorreu sobre os MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. Conhecedor profundo da temática, o emérito Ministro proferiu uma verdadeira aula sobre o assunto, mostrando a numerosa demanda de processos e os chamados “gargalos” e trouxe várias soluções inovadoras que podem possibilitar a melhoria da produtividade no Judiciário. E pontificou com propriedade que: “ESTAMOS TRABALHANDO MUITO, MAS NÃO ADEQUADAMENTE PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS.” O Presidente Milton Nobre enalteceu a profundidade e a clareza do palestrante e agradeceu a sua participação no evento, sendo muito aplaudido. Continuando os trabalhos, o Desembargador Renato Nalini – Presidente do Tribunal de São Paulo, abordou a questão “Audiência de Custódia”, procedimento que vem sendo adotado em alguns tribunais e que vem trazendo melhorias em garantia do devido processo legal. Restando esclarecido pela Presidente Cleonice Freire, do Tribunal do Maranhão, que o seu Tribunal foi o primeiro a adotar essa providência. Ao final a iniciativa desses tribunais foi bastante elogiada. Em seguida o

Presidente Milton Nobre apresentou o Balanço relativo as finanças do Colégio do Ano de 2014, com saldo bastante expressivo. Após exames e indagações de alguns Presidentes o balanço foi aprovado por unanimidade. A seguir falou o Dr. Flauzilino Araújo dos Santos, Presidente da Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo, sobre o assunto: CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS; no desenvolver da palestra demonstrou a necessidade de manter um cadastro nacional de pessoas com bens indisponíveis, visando evitar fraudes com a venda de bens constrictados e dando segurança aos negócios imobiliários de compra e venda e financiamento, bem como outros negócios jurídicos. Ao final, o Presidente Milton Nobre agradeceu ao palestrante e encerrou os trabalhos. Na abertura do último dia do Encontro, o Presidente Milton Nobre teceu comentários sobre assuntos de importância capital, sobretudo no condizente aos duodécimos destinados ao Poder Judiciário Estadual. Vários Presidentes se manifestaram sobre a questão, especialmente no tocante às receitas destinadas e a sua respectiva base de cálculo; sendo constatado que não há uma uniformidade e o claro descumprimento da lei de regência. Após foram discutidos os termos da CARTA DE BELO HORIZONTE, cujo texto foi bastante debatido, sendo aprovada com uma única ressalva feita pelo Desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí que não concordou com os termos do primeiro item. A carta tem a seguinte redação:

CARTA DE BELO HORIZONTE

O COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL, reunido na cidade de Belo Horizonte (MG), ao final de seu 102º Encontro, no período de 12 a 14 de março de 2015, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões aprovadas por unanimidade:

01) Exigir respeito às propostas orçamentárias do Poder Judiciário estadual, bem como que os repasses devidos sejam efetuados na sua integralidade.

02) Reafirmar o compromisso da magistratura estadual com todas as ações que assegurem a igualdade de direitos e promovam a pacificação nos lares, tomando como exemplo a campanha "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA";

03) Incentivar métodos consensuais de soluções de litígios e desenvolver ações que venham a estreitar as relações dos Tribunais de Justiça com o Superior Tribunal de Justiça;

04) Estimular a adoção de audiência de custódia como instrumento de efetiva tutela dos direitos fundamentais do cidadão.

Belo Horizonte, 14 de março de 2015.

O ponto alto da reunião de encerramento foi a presença do Ministro Ricardo Lewandowski – Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o qual foi saudado pelo Presidente Milton Nobre, que ressaltou o apreço do Ministro pela Justiça Estadual e enfatizou a necessidade da existência de um Conselho que cuide dos anseios da Justiça Estadual, que como todos sabem representa o maior seguimento da Justiça Nacional. Em seguida o Desembargador Pedro Bitencourt, Presidente do Tribunal de Minas Gerais, também enfatizou o conhecimento do Ministro em relação a Justiça Estadual, já que dela é oriundo; fazendo uma proposta para que o Colégio de Presidentes possa se tornar órgão consultivo da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, como forma de ajudá-lo nas decisões em relação a Justiça Estadual, sendo ouvido na tomada de decisões do CNJ. Com a palavra, o Senhor Ministro disse estar bastante honrado em participar da reunião do Colégio, ressaltando a importância da Justiça Estadual como Poder do Estado; disse estar empenhado em restaurar a importância e o prestígio da Justiça Estadual; e falando como Presidente do CNJ listou as suas preocupações, iniciando com a conjuntura internacional, especialmente com a crise econômica mundial, que repercute em nosso país; falou ainda da sua preocupação com a conjuntura política que vivenciamos, em razão das disputadíssimas eleições e tem se preocupado com as constantes manifestações que podem por em risco a estabilidade do país; disse também estarmos vivendo uma falta de otimismo e de fraternidade, citando as convulsões internacionais, com o clima mundial se deteriorando rapidamente; daí a sua preocupação com a necessidade da manutenção da estabilidade das instituições e da paz social; em médio e longo prazo preocupa-se com dois fenômenos, o primeiro – A CULTURA DA LITIGIOSIDADE, ou seja a explosão dos litígios, com cem milhões de processos para pouco mais de 16.000 juízes, com 80% desses cem milhões a cargo da Justiça Estadual, que não tem tido o necessário apoio com recursos financeiros e meios para dar conta dessa grande tarefa; daí a necessidade de adoção de meios e soluções alternativas para solução de demandas e citou o Ministro Luis Felipe Salomão como exemplo de conhecedor desse tema, um estudioso que se debruça na melhoria dessa situação difícil. O outro fenômeno é o da CULTURA DO ENCARCERAMENTO, com cerca de 40% de presos provisórios. No CNJ foi feita uma enquete para saber porque os juízes não aplicam outros meios, tais como a tornozeleira eletrônica, etc; disse, que precisamos cumprir a Constituição em garantia da liberdade do cidadão, daí porque a audiência de custódia homenageia os direitos e garantias, na medida em que o acusado é logo apresentado ao juiz, estamos agindo em prol dessas garantias. Ao final,

o Ministro acatou a proposta de tornar o Colégio de Presidentes um órgão consultivo do CNJ e afirmou que adotará providências para a sua implementação e encerrou a sua palestra. O Ministro foi aplaudido de pé por todos os presentes. O Presidente Milton Nobre agradeceu a magnífica participação do Ministro Ricardo Lewandowski no evento. Em seguida foi aprovada a realização do próximo encontro na cidade do Recife – Pernambuco, nos dias 18 a 20 de junho próximo. No decorrer do Encontro foi lançada a Edição número 5 da Revista do Colégio. No encerramento do Encontro o Pres. Milton Nobre agradeceu a todos os Presidentes que estão completando as suas administrações a frente dos seus Tribunais e fez um especial agradecimento ao Pres. Pedro Bitencourt e a sua equipe pela organização. Tudo foi registrado em áudio e vídeo. E para constar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelo presidente Des. Milton Augusto de Brito Nobre e pelo secretário *ad hoc* Des. João de Jesus Abdala Simões – membro da Comissão Executiva.

Belo Horizonte (MG), 14 de março de 2015.

Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Presidente

Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
Secretário *ad hoc*